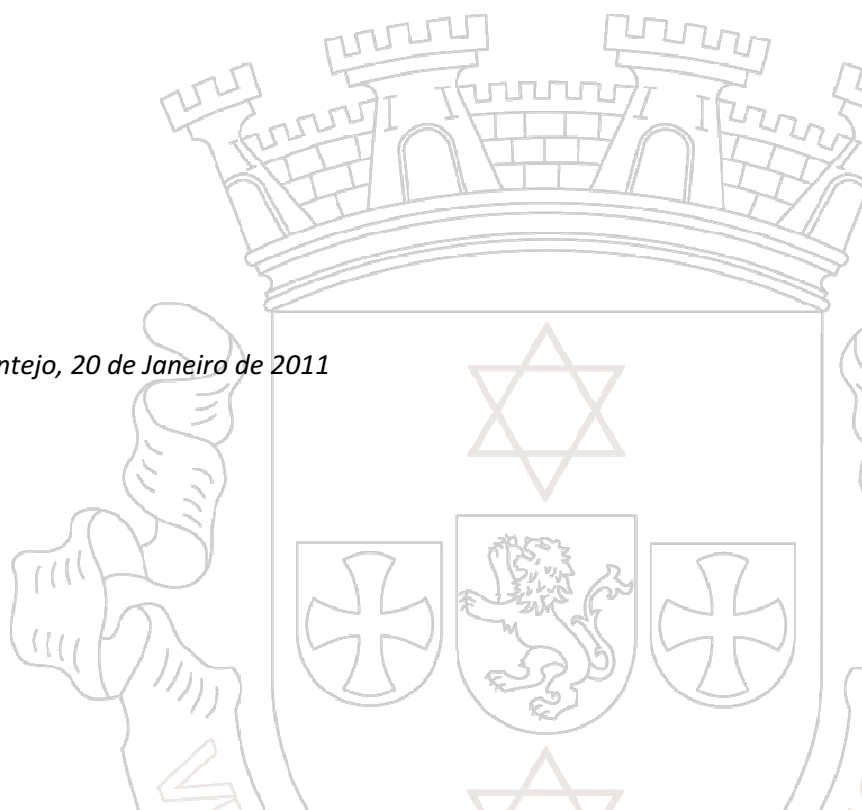




PLANO DE URBANIZAÇÃO
DA VILA DE VIANA DO ALENTEJO

FUNDAMENTOS DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VIANA DO ALENTEJO (PUVA)

Viana do Alentejo, 20 de Janeiro de 2011





ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. FACTORES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VIANA DO ALENTEJO	6
3. TERMOS DE REFERÊNCIA OU CONDIÇÕES A ATENDER NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO PUVA	15
4. NOTAS FINAIS	19
5. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	20



1. INTRODUÇÃO

A nossa referência jurídica máxima materializada pela Constituição da República Portuguesa (CRP)¹, consagra explicitamente todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e que para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, respectivamente, entre outras, ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem, como *se pode ler no artigo 66.º*. No mesmo espírito se orienta, *e.g.*, o *artigo 81.º*, nas *alíneas a), d) e h)*, e o *artigo 90.º*.

Contudo, é a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU)² que dá corpo a esta orientação geral da CRP, nomeadamente, através do *artigo 4.º*, onde se consagra o dever de ordenar o território pelo estado e autarquias. Nesse quadro estabelece, no *artigo 7.º*, que a política de ordenamento do território se desenvolve com base num sistema de gestão territorial, organizado num quadro de interacção coordenada dos âmbitos nacional, regional e municipal e é concretizado através de **instrumentos de gestão territorial (IGT)**.

De IGT destacam-se os instrumentos de planeamento territorial (IPT) de natureza regulamentar com a função de estabelecerem, numa escala adequada, o regime do uso do solo definindo para o efeito modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos, e os respectivos parâmetros de aproveitamento do solo, como se lê na *alínea b)* do *art. 8.º* da LBOTU. Constituem IPT, segundo o *n.º 2 do*

¹ Lei Constitucional n.º 1/2005, sétima revisão constitucional, de 12 de Agosto, de 2005.

² Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.

artigo 9.º daquela Lei, os **planos municipais de ordenamento do território** (PMOT), que compreendem, entre outras figura, o **plano de urbanização** (PU). Desenvolvem, em especial, a qualificação do solo urbano, como estabelece a *alínea b), n.º 2) do artigo 9.º* da LBOTU. Em reforço deste o *n.º 1 do artigo 87.º* do **regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial** (RJGT)¹, que o PU “concretiza para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime do uso do solo e os critérios de transformação do solo”. O *n.º 2* do mesmo artigo acrescenta que o PU pode abranger qualquer área do território do município incluída em perímetro urbano por PDM onde se revele necessário estabelecer uma intervenção integrada de planeamento.

Para a Vila de Viana do Alentejo (VVA), o processo de planeamento e ordenamento do território está ser unicamente conduzido e suportado pelo Plano Director Municipal de Viana do Alentejo (PDMVA²), que é um instrumento desadequado para o efeito:

1. porque se encontra obsoleto, por força da desactualização que apresenta;
2. devido à escala de base (grau de rigor e abordagem das opções de ordenamento e escala de representação);
3. devido à cartografia de base e temática que o suporta, desactualizada e pouco flexível para ordenamento e gestão do território.

Como tal não responde, no essencial, à política de ordenamento do território e urbanismo e dinâmica que se preconiza para o concelho e para a área *grosso modo* actualmente está integrada no perímetro urbano de VA.

¹ DL 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actual conferida pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro.

² Ratificado pela *Resolução do Conselho de Ministros* (RCM) *n.º 12/97*, de 22 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série-B.



É da constatação desta realidade, em cumulatividade com outro factores que a seguir se enunciarão, que decorre a intenção da Câmara Municipal de Viana do Alentejo (CMVA) elaborar um PU para a VVA (PUVA). Nessa medida, e ao abrigo do artigo 74.º a elaboração do PMOT compete à Câmara Municipal, assim como a definição da oportunidade e os termos de referência.

É no sentido de dar prosseguimento a esta intenção que se elaboraram os “Fundamentos Técnicos da Elaboração do PUVA”, que concretiza as razões da elaboração do plano e simultaneamente os termos de referência a que alude o n.º 2 do artigo 74.º do RJIGT.

Os “Fundamentos da Elaboração do PUVA”, que ora se apresentam, têm assim como objectivos essenciais:

- a. apresentar as razões de fundo que justificam a elaboração de um PU para a Vila de Viana do Alentejo;
- b. deixar os termos de referência para a elaboração do PU;
- c. constituir um documento base da elaboração do PU.

Os “Fundamento da Elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Viana do Alentejo”, estruturar-se-ão em mais dois capítulos:

- a. o capítulo 2, dedicado aos factores de elaboração do plano de urbanização;
- b. o capítulo 3, dedicado às condições a tender no processo de elaboração.

Termina-se os Fundamentos com umas notas finais (cap. 4).



2. FACTORES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VIANA DO ALENTEJO

A elaboração de um plano de urbanização para a Vila de Viana do Alentejo fundamenta-se em **5 grandes grupos de razões**, relacionados com:

1. a constatação da **ineficácia do PDMVA em vigor** para o ordenamento e desenvolvimento da VVA;
2. a carência de promover a **gestão do espaço urbano** da Vila a uma **escala adequada**;
3. a necessidade de **ser adoptada uma visão estratégia** para o **desenvolvimento da Vila**;
4. a premência de avaliar a integração de **conceitos** e **princípios** actuais e **projectos** de desenvolvimento urbano.
5. adaptação à legislação e a **orientações de instrumentos** de gestão territorial **de natureza Superior**.

Se a primeira é um factor condicionador do processo de desenvolvimento e renovação urbana, ou mesmo de gestão do espaço urbano da Vila, as restantes têm um carácter pró-activo, abrindo possibilidades e oportunidades não possíveis de explorar com o PDM em vigor, como se verificará.

1. SOBRE A INEFICÁCIA DO PDMVA EM VIGOR PARA O ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA VVA

O PDMVA, está em vigor há cerca de 14 anos, período em que o território, a sociedade e a economia, assim como o pensamento e *modus operandi* no planeamento e ordenamento do território, nomeadamente à escala urbana, sofreram profundas mudanças. Estas reflectem-se hoje ao nível da ocupação e uso do solo, no quadro jurídico do ordenamento do território, na aprovação de novos instrumentos de gestão territorial ou de natureza sectorial, com reflexos na escala local, bem como na forma de olhar e conceber o espaço urbano *etc.*

O PDMVA está pois obsoleto e desactualizado face à dinâmica territorial e social actual e à velocidade com que o território a diversas escalas se transforma e requer respostas e, por isso, limitado no alcance e objectivos que estão subjacentes à sua existência enquanto instrumento de planeamento do território. Isso é particularmente verosímil à escala urbana, para a qual não foi concebido e sobre a qual não tem alcance.

Além do mais, de destacar que o PDMVA nos seus elementos documentais, em concreto no que se refere à cartografia, apresenta:

- a. fraca legibilidade gráfica;
- b. incongruências entre as plantas fundamentais, nomeadamente, entre as plantas de ordenamento à escala 1: 25 000 e 1: 10 000, e sobretudo entre esta última e a planta de condicionantes (escala 1: 25 000). O PDMVA também não dispõe de escala adequada para o ordenamento e gestão do território à escala urbana (ordenamento à escala 1: 25 000 e 1: 10 000 e Condicionantes à escala 1: 25 000);



c. rigidez na manipulação e análise dado tratar-se de um plano em suporte analógico.

É assim necessário reapreciar globalmente o PDMVA (conteúdos materiais e documentais) para todo o concelho, complementado a escala urbana, ou seja as áreas integradas em perímetro urbano, com um PU. É este, cfr. artigo 87.º que concretiza para uma áreas do território incluídas em perímetro urbano, a política de ordenamento e urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas.

Promover-se-á, deste modo, maior rigor na abordagem ao território que encerra o perímetro urbano da VVA, além de uma abordagem focalizada nessa escala, com as vantagens de ordenamento e gestão urbana daí inerentes.

De sublinhar ainda que a elaboração de um PU para a VVA, particularmente em resposta ao DL 10/2009, de 29 de Maio¹, será elaborado em suporte digital-vectorial e em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), tornando mais operativo, transparente, célere, flexível e acessível a sua manipulação, consulta, análise e disponibilização.

Um PU para a Vila de Viana do Alentejo é pois oportuno e indispensável à melhoria da gestão do espaço urbano e ao ordenamento deste.

¹ Fixa a cartografia a utilizar nos IGT.

2. SOBRE A CARÊNCIA DE PROMOVER A GESTÃO DO ESPAÇO URBANO DA VVA A UMA ESCALA ADEQUADA

O PDMVA, devido à escala de base que o suporta, não é consubstanciado por uma abordagem ao território à escala urbana, ou seja, não tem alcance em termos de conteúdos (analíticos ou de propostas) que permitam detalhar orientações de ordenamento do espaço urbano, nomeadamente, em sede da planta de *zonamento*, e respectivo regulamento, ou outras plantas essenciais para a gestão do território nessa escala, *e.g.*, qualificação do edificado, sinalética, mobilidade e acessibilidades, infra-estruturas de saneamento ou de abastecimento de águas, rede de recolha de resíduos urbanos, ruído, avaliação em detalhe de áreas sujeitas a fenómenos perigosos (cheias e inundações, ou outros), *etc.*.

Os PDM promovem assim grandes orientações, materializadas em termos do *zonamento*, para todo o território do concelho, devendo maiores aproximações serem efectuadas através de instrumentos de planeamento do território de maior escala, o caso do PU, a desenvolver para áreas contidas no interior de um perímetro urbano ou outras para as quais seja necessário estabelecer uma intervenção integrada de planeamento (cfr. *artigo 87º* do RJIGT).

Com efeito, mesmo que uma breve passagem pela VVA, percebe-se da necessidade de observar com detalhe a área urbana, desde logo:

- a. a avaliação do **perímetro urbano** definido no PDM;
- b. o *zonamento* de qualificação do solo da área integrada no perímetro urbano;
- c. a avaliação dos limites do centro histórico;



- d. a definição de orientações específicas de requalificação e revitalização do edificado e particularmente dos espaços contidos no centro histórico;
- e. a requalificação dos arruamentos;
- f. a revitalização e requalificação de espaços públicos (equipamentos);
- g. questões que se prendem com acessibilidades e mobilidade (para todos) na Vila (da sinalética à qualificação e funcionalidade das ruas e da relação destas com o edificado – residencial, equipamento -, etc.;
- h. a relação da Vila com a área da Sra. D'Aires (importante elemento patrimonial e de culto do concelho);
- i. o estrangulamento ao tráfego de passagem que a principal via (de passagem) apresenta;
- j. a fraca qualificação que o património existente, construído e natural apresenta;
- k. a fraca qualificação da periferia;
- l. entre outros.

Esta abordagem é fundamental para revitalizar e requalificar a VVA, de modo a reforçá-la enquanto um importante nó do sistema urbano policêntrico do Alentejo. O PDM não é o instrumento adequado para este fim, sendo do âmbito de um PU.

3. SOBRE A ADOÇÃO DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA VVA

No contexto geográfico onde a Vila se insere, onde diversas escalas se inter-relacionam, do local ao regional e nacional, é fundamental estabelecer um rumo de acção, ou seja, saber para onde se pretende direccionar a Vila, onde se quer chegar, e com base nessa



visão definir acções, no tempo e espaço, que a promovam. De outro modo, corre-se de todos os caminhos serem bons para não se chegar a lado nenhum. O estabelecimento de uma **visão estratégica** para a VVA, com características próprias e num contexto geográfico singular, é assim fundamental. O estabelecimento de uma estratégia minimiza a aleatoriedade da decisão, as opções são discutidas e por isso traduzem responsabilidade partilhada, e obriga a um comprometimento com o futuro desejado e assumido.

A carência de uma visão para a VVA, formalmente inexistente e não assumida no PDMVA eficaz, permite assim aleatoriedade na decisão ou mesmo um certo *laissez faire* (um fazer descomprometido com o futuro). Os caminhos percorridos não têm assim um claro rumo traçado. Um PU para a VVA deverá assim assentar sobre a concretização de uma visão estratégica, que também ela informe o processo de revisão do PDM no sentido de haver absoluta concertação de ideias, princípios e objectivos.

4. SOBRE A PREMÊNIA DE AVALIAR A INTEGRAÇÃO DE CONCEITOS E PRINCÍPIOS ACTUAIS E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O PDMVA está desactualizado conceptualmente e em termos de orientações, ainda mais há escala urbana cujo âmbito não lhe é próprio. A revisão do PDMVA trará certamente uma actualização conceptual e de princípios de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento. Contudo, atendendo ao seu âmbito, não descera ao detalhe de um PU. Será assim sensato antecipar e complementar o PDM com uma visão conceptual e de princípios de planeamento e desenvolvimento, designadamente, urbano, actual. Entre outros será de introduzir noções e princípios de desenvolvimento sustentável, a



integração da componente ambiental no planeamento, análises sistémicas e holísticas, *design for all*, acessibilidades e mobilidade, análise de fenómenos potencialmente perigosos, análise do ruído à escala urbana, ou metodologias de gestão territorial assentes em ambiente SIG.

Há ainda a considerar que a dinâmica territorial actual impõe a execução de novos projectos, de carácter público ou privado, ao que o PDM não responde nos termos actuais. Contudo, tratando-se do PDM um dos instrumentos do sistema de planeamento e de que este é um processo desenvolvido através de uma cascata de planos, é oportuno desencadear os mecanismos conducentes à avaliação na escala urbana da possibilidade de desenvolvimento desses projectos. A sede própria para o fazer é através da elaboração de um PMOT, ou seja, de um PU.

Entre outros projectos de natureza pública, será de destacar os relacionados com circulação de tráfego automóvel na VVA, parecendo pertinente, numa primeira abordagem, avaliar a possibilidade da definição de uma circular (norte) à Vila de modo a reduzir o tráfego automóvel de passagem no seu interior. É ainda importante considerar o impacto do IC 33, a diversos níveis (económico, social, ambiental, centralidade, *etc.*) na VVA.

5. SOBRE ADAPTAÇÕES AO QUADRO LEGISLATIVO E A ORIENTAÇÕES DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE NATUREZA SUPERIOR

No período que decorre desde o início da eficácia do PDMVA até ao momento, houve profundas alterações no território, sociedade, economia, ciência e tecnologia, assim

como o pensamento, e quadro legislativo, nomeadamente, no âmbito do ordenamento do território.

Sendo o único IPT eficaz, apresenta-se também do ponto de vista do quadro normativo vigente em termos de ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento, obsoleto. Isso é tanto mais válido para a escala urbana, onde o PDMVA não tem alcance específico.

É pois necessário actualizar e complementar a abordagem do PDMVA, com um enfoque actualizado à escala urbana, enquadrado nos instrumentos legais em vigor, destacando-se entre outros:

1. a legislação em geral

- i. **LBOTU:** a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei 48/98, de 11 de Agosto;
- ii. **RJIGT:** o DL 380/99, de 22 de Setembro (revogou o DL 69/90, de 2 de Março, que regulou a elaboração do PDMVA) na redacção actual conferida pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro: estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território;
- iii. **Conceitos:** DL 9/2009, de 29 de Maio, que concretiza a definição de conceitos na área do ordenamento do território, e sobretudo, do urbanismo;
- iv. **Cartografia nos PMOT's:** DL 10/2009, de 29 de Maio, que impõe regras para a produção de cartografia a utilizar no âmbito dos IGT;
- v. **Classificação e qualificação do solo:** DL 11/2009, de 29 de Maio, que concretiza os critérios a observar de classificação e qualificação do solo em sede dos PMOT's;
- vi. **Elementos a integrar nos PMOT's:** Portaria 138/2005, de 2 de Fevereiro, que em complemento do DL 380/99, define os elementos a integrar os PMOT's;
- vii. **AAE:** DL 232/2007, de 15 de Junho, que consagra a obrigatoriedade dos Planos e Programas serem sujeitos a Avaliação Ambiental (AAE);
- viii. **REN:** DL 166/2008, de 22 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da REN, revogando o DL 93/90, de 19 de Março;



- ix. **RAN:** DL 73/2009, de 31 de Março, aprova o Regime Jurídico da RAN;
- x. **Ruído:** DL 9/2007, estabelece o Regulamento Geral do Ruído;
- xi. **Zonas inundáveis:** DL 364/98, de 21 de Novembro, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de cartas de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias e, DL 115/2010, de 22 de Outubro, que estabelece um quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundações;;
- xii. **Água:** Lei 58/2005, de 29 de Dezembro, consagra a Lei da água;

2. planos, programas e outros

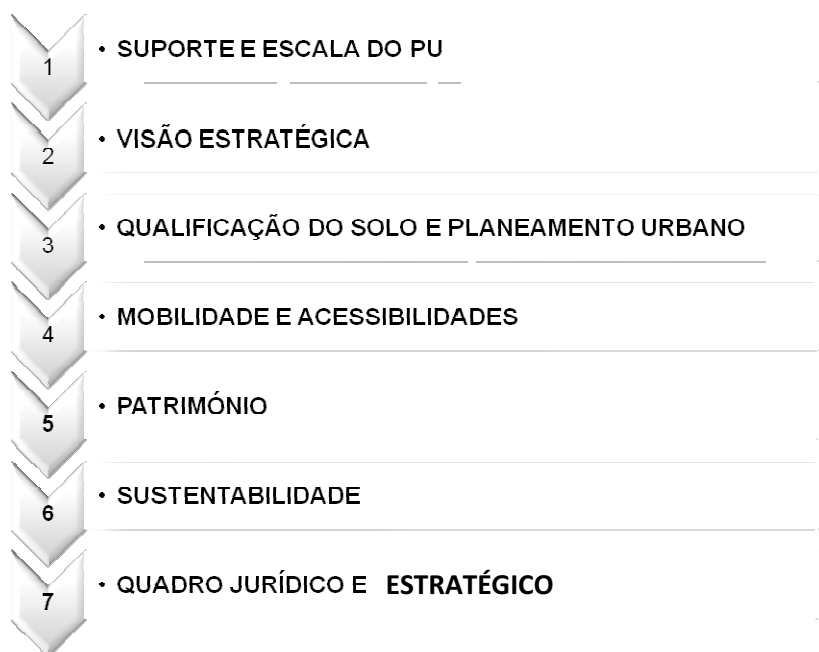
- i. **PROT:** RCM 53/2010, de 2 de Agosto: aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).
- i. **PNPOT:** Lei 58/2007, de 4 de Setembro, Aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território.
- ii. **QREN:** RCM 86/2007, de 3 de Julho: aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007 – 2013 (QREN);
- iii. **PLANO TECNOLÓGICO** (b) – *Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação. Documento de apresentação;*
- iv. **ENDS:** RCM 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015) e respectivo plano de implementação, (ENDS);
- v. **Portugal Logístico:** MOPTC (S/D) – *Portugal Logístico*, Gabinete da Secretaria de Estado dos Transportes;
- vi. **Estratégia de Lisboa:** GCNELPT/Gabinete coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2008): aprova a Estratégia de Lisboa. Plano Nacional de Reformas – Portugal. Novo Ciclo 2008-2010. Consolidar as Reformas.

Do conjunto destes instrumentos, é de salientar a **importância do PROTA**, não apenas por se tratar de um novo IGT em vigor com um quadro estratégico de referência, uma visão desígnios e opções estratégicas de base territorial específicos para a região do Alentejo, onde se integra VA, mas porque, decorrente do diagnóstico elaborado, consagra

explicitamente no ponto 14º e Norma Orientadora 140, alínea a) que a administração local “**deve elaborar planos de urbanização** em todos os centros urbanos sedes de concelho”. O princípio subjacente é o de reforçar as sedes de concelho como nós importantes do sistema urbano, qualificando e revitalizando-as, reforçando a sua imagem e identidade, como factores fundamentais da qualidade de vida e de atractividade.

3. TERMOS DE REFERÊNCIA OU CONDIÇÕES A ATENDER NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO PUVA.

Colocados que estão os principais factores da revisão do PUVA, importa agora sistematizar as condições mínimas a observar no processo de elaboração, sem prejuízo no previsto no RJIGT ou legislação complementar para fins de elaboração de um PMOT/PU. Podem-se apontar **7 grandes grupos de condições**, como se ilustra:





1. SUPORTE E ESCALA DO PU

- a. responder, no mínimo ao previsto no 10/2009, de 29 de Maio, utilizando para o efeito cartografia de base de grande escala (ortofotomapas, planimetria e altimetria), à escala mínima 1: 2 000;
- b. ser elaborado em formato digital, tendo em vista ser gerido em ambiente SIG, que também deverá suportar o processo de elaboração;
- c. ser suportado em cartografia de base recente.

2. VISÃO ESTRATÉGICA

- a. ser conduzido com base numa visão estratégica, assente no quadro de referência estratégico actual conferido por instrumentos superiores de natureza estruturante para o âmbito regional e nacional;
- b. apoiar a criação da visão e missão num quadro de valores;
- c. concretizar domínios de acção materializados em projectos concretos de acção e projectos âncora, para a Vila, como instrumentos da estratégia.

3. QUALIFICAÇÃO DO SOLO E PLANEAMENTO URBANO

- a. avaliação e, se aplicável, rever o perímetro urbano em pormenor, adaptando-o á escala de base e dinâmica actual do território;
- b. validar e, se aplicável, redefinir fundamentadamente o perímetro do núcleo histórico;



- c. definir orientações, em forma de programa ou outras, de requalificação, valorização e revitalização da Vila e do edificado, com enfoque particular sobre o centro histórico;
- d. concretizar orientações de requalificação de espaços públicos (equipamentos, arruamentos, largos);
- e. propostas para qualificar as áreas de entrada da Vila, ou a sua periferia;
- f. elaborar um zonamento que, preferencialmente, não promova a monofuncionalidade dos espaços e arruamentos;
- g. avaliar e orientar sobre a relação de proximidade da VVA com o Santuário de Nossa Senhora de Aires;
- h. orientar sobre a criação de um espaço central/"Ágora", devolvendo o espaço às pessoas.

4. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

- a. hierarquização funcional e requalificação dos arruamentos;
- b. redefinição dos arruamentos (principio e fim de rua);
- c. avaliação e reformulação, se aplicável, dos sentidos de tráfego;
- d. avaliar e orientar sobre a pedonalização de arruamentos;
- e. definição de troços cicláveis;



f. avaliação da sinalética, numeração de polícia e toponímia de arruamentos;

g. avaliar a introdução de uma via rodoviária circular à VVA;

h. avaliar a ligação da Vila com o Santuário de Nossa Senhora de Aires.

5. PATRIMÓNIO

a. promover o levantamento e sistematização dos elementos patrimoniais existentes;

b. orientações para a qualificação do património;

6. SUSTENTABILIDADE

a. materializar na elaboração do PU, conceitos inovadores e actuais de ordenamento e gestão urbana: sustentabilidade, acessibilidades para todos, *design for all*, cidades inteligentes, etc.

b. avaliar áreas sujeitas a fenómenos potencialmente perigosos, nomeadamente, cheias e inundações e apresentar medidas de minimização.

7. QUADRO JURÍDICO E ESTRATÉGICO

a. ter como referência o quadro jurídico em matéria de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento, e estratégico de natureza superior, na elaboração do PU.



4. NOTAS FINAIS

A elaboração do PU de VA permitirá, em primeira análise, aumentar a escala de abordagem relativamente ao PDMVA eficaz. Será com isto possível promover uma análise à escala urbana da Vila e actualizar as orientações de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento para o local, sem perder, contudo, o contexto geográfico e social onde se integra.

Os “Fundamentos da Elaboração do PUVA” deverão assim constituir o instrumento de base do processo, desencadeando os procedimentos subsequentes.



5. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Aviso 15207/2007, de 21 de Agosto – Publicação da deliberação de Câmara complementar. Diário da República, de 21 de Agosto, 2.ª série, n.º 160.

CMAD, 1987 – *O Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (CMAD); Meribérica/Liber, p.434.

CMVA (2005) - Deliberação de Câmara de 2 de Março que dá início aos procedimentos da revisão do Plano Director Municipal de Viana do Alentejo

DL 364/98, de 21 de Novembro, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de cartas de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;

DL 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actual conferida pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro. Consagra o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território

DL 232/2007, de 15 de Junho. Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, vulgo Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

DL 9/2007, estabelece o Regulamento Geral do Ruído;

DL 166/2008, de 22 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da REN, revogando o DL 93/90, de 19 de Março;

DL 73/2009, de 31 de Março, aprova o Regime Jurídico da RAN;



DL 9/2009, de 29 de Maio, que concretiza a definição de conceitos na área do ordenamento do território, e sobretudo, do urbanismo;

DL 10/2009, de 29 de Maio, que impõe regras para a produção de cartografia a utilizar no âmbito dos IGT;

DL 11/2009, de 29 de Maio, que concretiza os critérios a observar de classificação e qualificação do solo em sede dos PMOT's;

DL 115/2010, de 22 de Outubro, estabelece um quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundações

GCNELPT/Gabinete coordenador nacional da Estratégica de Lisboa e do Plano Tecnológico (2008): aprova a Estratégia de Lisboa. Plano Nacional de Reformas – Portugal. Novo Ciclo 2008-2010. Consolidar as Reformas.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto. Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Lei Constitucional n.º 1/2005, sétima revisão constitucional, de 12 de Agosto, de 2005.

Lei 58/2007, de 4 de Setembro, aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

PARTIDÁRIO (1993) – “A integração da componente ambiental no processo de planeamento”; Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, 18, Lisboa, pp 8-27.

Portaria 138/2005, de 02 de Fevereiro, que consagra os elementos a integrar nos PMOT em complemento do RJIGT (alínea c) do artigo 1.º)



Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 12/97, de 22 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série-B. Ratifica o Plano Director de Viana do Alentejo

RCM 86/2007, de 3 de Julho: Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007 – 2013 (QREN); *Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação. Documento de apresentação*

RCM 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2015) e respectivo plano de implementação, (ENDS)

RCM 53/2010, de 2 de Agosto, Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).